

REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT QUE É LIBERDADE

Márcio Nunes da Rocha¹

Resumo

O objetivo deste texto é examinar um conceito central no pensamento de Hannah Arendt, a liberdade. Ela inicia sua reflexão sobre a liberdade a partir da *polis grega*. Neste momento da história, no espaço público os homens agiam na pluralidade. O autor desenvolve sua argumentação com o objetivo de apresentar a importância da liberdade no espaço público.

Palavras-chave: Hannah Arendt; liberdade, política, espaço público.

Abstract

The objective of this text is to examine a central concept in the thought of Hannah Arendt, the liberty. She initiates its reflection on the liberty from polishes Greek. At this moment of history, in the public space the men acted in the plurality. The author develops its argument with the objective to present the importance of the liberty in the public space.

Key-words: Hannah Arendt; liberty, politics, public space.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

A liberdade é um dos temas centrais no pensamento de Hannah Arendt. A questão da liberdade se apresenta para a autora, particularmente, no quarto capítulo de sua obra *Between Future and Past*, quando investiga a relação entre o tema da liberdade e da política. Ela compreende que o espaço da liberdade sempre fora conhecido como um fato da vida cotidiana e, da política propriamente dita. Nessa linha, Arendt afirma que ação e política são as únicas coisas que não poderíamos sequer considerar sem ao menos admitir a existência da liberdade, tal a relação que estabelecem mutuamente.

Hannah Arendt confrontou a sua concepção de liberdade com os cristãos, os filósofos e os pensadores políticos dos séculos XVII e XVIII², que apontavam a liberdade como não o vivenciado no agir e na associação com os outros.

Com isso, a argumentação será desenvolvida com o objetivo de apresentar a importância da liberdade no espaço público.

O campo em que a liberdade sempre foi conhecida, não como uma questão, mas como um fato do cotidiano, é a área da política, como já mencionado anteriormente. A ação e a política entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas coisas que não se pode imaginar sem ao menos aceitar a existência da liberdade, e é difícil tocar em uma questão política específica sem atingir o problema da liberdade humana. Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado. A partir disto pode-se considerar que a razão de ser da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação³.

Hannah Arendt considera que a liberdade enquanto inerente à ação pode ser explicitada de forma consistente no conceito maquiavélico de *virtù*. A melhor versão de seu significativo é "virtuosidade", quer dizer, uma excelência que atribuímos às artes de realização, que é diferente das artes criativas de fabricação⁴.

Ao prosseguir em sua argumentação, ela ressalta que a virtuosidade é um elemento que se encontra em todo agir e o virtuosismo é a

² Podem ser citados: Agostinho, Paulo, Epicteto, Platão, Sócrates, Hobbes e Rousseau.

³ ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo, Perspectiva, 5ª edição, 2005, p. 191-192.

⁴ *Ibidem*, p. 199.

excelência que se concede à prática das artes, com isso, a política tem sido freqüentemente definida como uma arte.

A liberdade que a autora defende é o oposto da "liberdade interior", o campo íntimo no qual os sujeitos têm a possibilidade de fugir à coerção externa e sentir-se livres. Esse sentir interior permanece sem manifestações externas e é, portanto, sem significação política. As experiências de liberdade interior sempre pressupõem um afastamento do mundo onde a liberdade foi negada para uma interioridade que nenhum indivíduo tem mais acesso⁵.

Uma sustentação convincente, afirma a autora, para a superioridade da liberdade interna, pode ser encontrada em um ensaio de Epicteto, que afirma que livre é o sujeito que vive como quer⁶.

De acordo com a compreensão da Antigüidade, o indivíduo não poderia libertar-se da necessidade a não ser mediante o poder sobre outros sujeitos, e ele só teria condições de ser livre se possuísse um lugar no mundo. Epicteto transpôs essas relações mundanas para relações dentro do próprio homem, onde é protegido de interferência externa.

Segundo Lafer (2005)⁷, o campo do pensamento é o diálogo do eu consigo mesmo e o campo da política é o do diálogo no plural que emerge no espaço da palavra e da ação, o mundo público, do qual a sua existência permite o aparecimento da liberdade. Menciona que para Arendt, a assim chamada liberdade interior é derivativa, pois pressupõe, ou uma retração forçada de um mundo público contraído onde a liberdade é negada, ou uma retração deliberada da *Vita Activa* para o isolamento, sem dúvida elevada, da *Vita Contemplativa*. O autor destaca que política e liberdade são coincidentes, mas só se articulam com a existência do mundo público.

Hannah Arendt afirma que o sujeito nada saberia da liberdade interior se não tivesse antes experimentado a condição de estar livre como uma realidade mundanamente tangível. Antes que se tornasse

⁵ Ibidem, p. 192.

⁶ Ibidem, p. 193.

⁷ LAFER, Celso. Da Dignidade da Política: Sobre Hannah Arendt. In: ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo, Perspectiva, 5ª edição, 2005.

um atributo do pensamento ou uma qualidade da vontade, a liberdade era compreendida como o estado do homem livre, que o habilitava a se locomover, a se distanciar de casa, a sair para o mundo e a se encontrar com outros indivíduos em palavras e ações. Essa liberdade era precedida da liberação: para ser livre, o homem deve ter-se libertado das necessidades da vida. O estado de liberdade não se seguia automaticamente ao ato de liberação. A liberdade necessitava, além da simples liberação, da convivência de outros homens que estivessem na mesma condição, e também de um espaço público comum onde teriam a possibilidade de se encontrar, em um mundo politicamente organizado⁸.

Bignotto (2001)⁹ mostra que, para Arendt, os homens não necessitam somente da companhia dos outros para exercer sua liberdade, eles precisam de um espaço comum, politicamente organizado, para revelarem suas capacidades. Ele ressalta que o mundo da política, solo da liberdade, não pode ser de forma alguma confundido com um terreno intersubjetivo, no qual os homens constituem relações entre si, mas não necessariamente ações políticas. Assim, a equação arendtiana não é entre liberdade e intersubjetividade, mas entre liberdade e política.

A autora menciona que a política surge no *entre-os-homens*, no intra-espaço e se estabelece como relação. Afirma que só existe liberdade no campo particular do conceito *intra* da política¹⁰.

Sontheimer (2004)¹¹, seguindo esta argumentação, ressalta que Arendt enfatiza que a política surge não *no* homem, mas sim *entre* os homens, que a liberdade e a espontaneidade dos diferentes sujeitos são pressupostos indispensáveis para o surgimento de um espaço entre homens, onde só então se torna exequível a política, a verdadeira política. Para ela, o sentido da política é a liberdade.

⁸ ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo, Perspectiva, 5ª edição, 2005, p. 194.

⁹ BIGNOTTO, Newton. Totalitarismo e liberdade no pensamento de Hannah Arendt. In: JARDIM, Eduardo e BIGNOTTO, Newton (Orgs.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte, UFMG, 2001.

¹⁰ ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro, Bertrand, 5ª edição, 2004, p. 23-24.

¹¹ SONTHEIMER, Kurt. Prefácio. In: ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro, Bertrand, 5ª edição, 2004.

Mas, Arendt ressalta, que é necessariamente essa coincidência de política e liberdade que não se pode considerar certa, a partir da atual experiência política. A ascensão do totalitarismo, sua aspiração de ter subordinado todos os campos da vida às exigências da política e seu conseqüente descaso pelos direitos civis, faz com que não se acredite na coincidência da política com a liberdade, como também de sua própria compatibilidade. Tem-se a tendência em acreditar que a liberdade inicia onde a política termina, pelo simples fato da liberdade desaparecer sempre que as chamadas considerações políticas predominam sobre todo o restante¹².

Bignotto (2001) menciona que nos sistemas totalitários os sujeitos não podem agir e com isso, não têm a possibilidade de encontrar o espaço que os tornam livres.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, Sontheimer (2004) relata que os regimes totalitários são a forma mais extrema de desnaturaçãõ da coisa política, posto que eliminam totalmente a liberdade humana subordinando-a ao fluxo de uma determinação histórica ideologicamente fundamentada, contra a qual é inviabilizada toda resistência individual livre por meio do domínio da ideologia e do terror. O autor pontua que neste pano de fundo, Hannah Arendt recorda, sempre em novas abordagens, a noção da "coisa política" que se manifesta pela primeira vez na história a partir da *polis* grega, e que é idêntica à liberdade.

Para compreender de forma mais clara o conceito de liberdade definido por Hannah Arendt, se fará algumas considerações sobre a *polis* grega. Esta foi em outro tempo exatamente a "forma de governo" que propiciou aos indivíduos um espaço para aparecimentos onde tivessem a possibilidade de agir, em uma espécie de anfiteatro na qual a liberdade tendia aparecer¹³.

Sontheimer (2004) diz que livre agir é agir em público, e público é o espaço original do político. No espaço público o indivíduo deve mostrar-se em sua liberdade e espontaneidade, e se afirmar na convivência política com outros homens.

¹² ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo, Perspectiva, 5ª edição, 2005, p. 195.

¹³ *Ibidem*, p. 201.

Ao se aplicar o termo “político” no sentido da *polis* grega, pode-se compreender que este não é arbitrário e descabido. Realmente, é difícil e enganoso realizar considerações sobre política e seus princípios sem solicitar o auxílio em alguma medida ao saber da Antigüidade grega e romana, e isso pelo fato de que nunca, seja antes ou depois, os sujeitos atingiram de forma tão expressiva a atividade política e concederam tamanha dignidade ao seu campo.

Hannah Arendt relata que o representante que possuía maior consciência do caráter indevido do conceito de liberdade dos cristãos e dos filósofos para fins políticos foi Montesquieu. Para distinguir-se deles, desvencilhou a liberdade política da filosófica, e a divergência consistia no sentido da filosofia não exigir da liberdade mais que o exercício da vontade, independente da conjuntura e da obtenção das metas que a vontade estabeleceu. Ao contrário, a liberdade política tem como fundamento poder fazer o que se deve querer. Para Montesquieu, como para os antigos era evidente que um homem não podia mais ser considerado livre quando lhe faltasse a capacidade para fazer¹⁴.

Os filósofos iniciaram o interesse pelo problema da liberdade no momento em que a liberdade não era mais vivenciada no agir e no encontro com outros, mas no querer e no relacionamento com o próprio eu, em outras palavras, quando a liberdade se tornou livre-arbítrio. A partir da mudança filosófica da ação para a força de vontade, da liberdade como uma condição a ser revelada na ação para o *liberum arbitrium*, o ideal de liberdade afastou-se do virtuosismo no sentido relatado anteriormente, tornando-se a soberania, o ideal de um livre arbítrio, independente dos outros e eventualmente predominando sobre eles¹⁵.

Essas palavras são respaldadas no pensamento de Rousseau, o representante que teve mais coerência em relação à teoria da soberania, de modo a poder considerar o poder político à rigorosa imagem da força de vontade individual. Ele sustentou, contra Montesquieu, que o poder tem que ser soberano, quer dizer, indivisível, pois “uma vontade dividida seria inconcebível”. O mesmo também assinala que “cada cidadão deve pensar somente seus próprios pensamentos”¹⁶.

¹⁴ Ibidem, p. 208-209.

¹⁵ Ibidem, p. 211.

¹⁶ Ibidem, p. 211-212.

A teoria de Rousseau vê-se contestada, pois todos os negócios políticos são e sempre foram transacionados no interior de um minucioso arcabouço de laços e obrigações para o futuro, como leis e constituições, tratados e alianças, derivando todos, em última instância, da faculdade de prometer e de manter a promessa face às incertezas inerentes do futuro. É importante deixar claro que, segundo Hannah Arendt, um Estado que não possui diálogo entre os cidadãos e onde cada sujeito pensa apenas seus pensamentos é, por definição, uma tirania¹⁷.

A identificação de liberdade com soberania é talvez a consequência política mais grave e arriscada da equação filosófica de liberdade com livre arbítrio. A partir dela se conduz a recusa da liberdade humana ou a percepção de que a liberdade de um só sujeito, de um grupo ou de uma organização política só pode ser alcançada ao preço da liberdade, isto é, da soberania, de todos os outros. Se os homens almejam ser livres, é exatamente à soberania que devem renunciar¹⁸.

Eisenberg (2001)¹⁹ menciona que ser livre, para Arendt, é não estar subjugado à soberania de outra pessoa. O que a autora quer revelar é que, para agir em concerto, os homens devem, antes de qualquer coisa, abdicar à soberania de suas vontades. No espaço público, a persuasão dos argumentos não pode estar subordinada a partir da força da vontade que os articula, mas somente das justificações ético-morais que os tornam acessíveis àqueles que não necessariamente participam de um mesmo olhar moral do mundo.

Como mencionado no início do trabalho, a liberdade que Arendt defende é o oposto da "liberdade interior". Lafer (2001) faz algumas considerações seguindo esta mesma posição declarando que politicamente não existimos isolados, mas coexistimos. Portanto, ele observa a tensão entre a filosofia, na qual o pensar é a dualidade do diálogo coerente do eu consigo mesmo, e a política, na qual a pluralidade exige um estar sempre ligado aos outros, pois se podemos pensar por conta própria, só podemos agir em conjunto. Esta diferença de posição é a razão pela

¹⁷ Ibidem, p. 212.

¹⁸ Ibidem, p. 212-213.

¹⁹ EISENBERG, José. Comunidade ou república? Hannah Arendt e as linguagens do pensamento político contemporâneo. In: JARDIM, Eduardo e BIGNOTTO, Newton (Orgs.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte, UFMG, 2001.

qual, com pequenas exceções, entre as quais Hannah Arendt realça Kant²⁰, os filósofos tendem a ser hostis em relação a toda política. É esta hostilidade que, segundo Lafer (2001), a autora busca em sua argumentação suprimir, distanciando-se da tradição da *Vita Contemplativa* ao excluir a mortalidade²¹ e ao instituir a natalidade como categoria central de sua compreensão da política. Com isso, o autor pontua que Arendt não pode ser considerada conservadora, pois possui uma reflexão e uma proposta que se coloca sob o signo da esperança e que visualiza na ação, que a natalidade propicia, a contínua e igualitária capacidade de começar de novo.

Para Bignotto (2001) a capacidade de começar de novo ocorre pelo simples fato de que ao nascermos podemos esperar o novo, pois somos seres condenados à liberdade e pelo fato de que essa condenação implica que vivemos em um mundo cuja natureza é indeterminada e indeterminável para todo o sempre.

Corroborando estas colocações Sontheimer (2004) menciona que Arendt jamais entregou-se ao pessimismo. Sempre honrou a crença na liberdade e na espontaneidade do homem, e até procurou despertá-la de novo. A lembrança refletida levou-a a convicção de que o sujeito pode agir e sempre começar de novo, de que ele não precisa ser a "marionete" de um destino estabelecido fora de seu ser.

Podemos afirmar diante das reflexões realizadas que, segundo Hannah Arendt, a liberdade deve ocorrer no espaço público, onde os indivíduos têm a possibilidade de se revelar, aparecer. A partir disso, os sujeitos através da ação e do diálogo, na pluralidade, poderão fazer com que aconteça a improbabilidade infinita, ou em outras palavras, o milagre da transformação.

²⁰ Kant da Crítica do juízo e da mentalidade alargada, ligada ao pensamento do que o outro pensa.

²¹ Toda a tradição do pensamento metafísico e religioso gira substancialmente em torno da *meditatio mortis* e a experiência do eterno que este tipo de meditação pode suscitar, é uma experiência que ocorre apenas no singular.

Referências Bibliográficas

- ARENDT, Hannah. *O que é Política?* Rio de Janeiro, Bertrand, 5ª edição, 2004.
- _____. Que é Liberdade. In: ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo, Perspectiva, 5ª edição, 2005.
- BIGNOTTO, Newton. Totalitarismo e liberdade no pensamento de Hannah Arendt. In: JARDIM, Eduardo e BIGNOTTO, Newton (Orgs.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte, UFMG, 2001.
- EISENBERG, José. Comunidade ou república? Hannah Arendt e as linguagens do pensamento político contemporâneo. In: JARDIM, Eduardo e BIGNOTTO, Newton (Orgs.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte, UFMG, 2001.
- LAFER, Celso. A política como condição humana. Posfácio in ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 10ª edição, 2001.
- _____. Da Dignidade da Política: Sobre Hannah Arendt. In: ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo, Perspectiva, 5ª edição, 2005.
- SONTHEIMER, Kurt. Prefácio. In: ARENDT, Hannah. *O que é Política?* Rio de Janeiro, Bertrand, 5ª edição, 2004.